PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1134, DE 18 DE JANEIRO DE 1982.

Dispõe sobre financiamento para aquisição de equipamentos rodoviários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, através do Chefe do Poder Executivo, autorizada a contrair com o Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, ou instituição assemelhada, um empréstimo da ordem de até Cr$ 3.710.000,00 (TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), destinado à aquisição de um chassis de caminhão 0 Km, equipado com carroceria coletora e compactadora de lixo, novas, para os serviços municipais de limpeza pública desta localidade.

Artigo 2º - Para cumprimento do disposto no artigo 1º da presente lei, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a assinar com a instituição financeira credora o respectivo contrato, bem como a assumir todas as demais obrigações decorrentes do financiamento.

Artigo 3º - Como garantia da operação creditícia, os equipamentos a serem adquiridos podem ser alienados fiduciariamente à instituição financeira credora, nos termos e para os efeitos do artigo 66 e parágrafos, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação e as normas processuais adotadas pelo Decreto-Lei nº

911, de 1º de outubro de 1969.

Artigo 4º - A cobertura das obrigações de pagamento do preço dos equipamentos e da amortização do empréstimo, incluido os encargos complementares, correm, no presente exercício, à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Os orçamentos futuros consignarão, obrigatoriamente, dotações próprias e específicas para atender os compromissos derivados desta lei.

Artigo 6º - A amortização do empréstimo e o pagamento dos respectivos encargos financeiros de qualquer natureza, acessórios, acréscimos previstos e multa, serão efetivados mediante aplicação da quota que for creditada ao Município, decorrente da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), nos termos do artigo 23, parágrafo 8º, da Constituição Federal.

§ 1º - Na hipótese de insuficiência, cancelamento ou suspensão das quotas de ICM, os pagamentos serão realizados mediante aplicação de outros recursos, quer incluidos no orçamento municipal, quer extra-orçamentários, tais como as quotas do Fundo Rodoviário Nacional e do Fundo de Participação dos Municípios.

§ 2º - O Prefeito Municipal poderá autorizar, de forma irrevogável, o Banco do Estado de São Paulo S/A ou instituição assemelhada, a contabilizar a débito da conta do Município em que forem creditadas as quotas ou recursos referidos neste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações derivadas desta lei.

Artigo 7º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar, em nome do Município, procuração à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, criada pelo Decreto Federal nº 59.170, de 2 de setembro de 1966, ou à outra entidade financeira que participe do financiamento, com cláusula expressa de substabelecer o mandato, para receber do Banco do Estado de São Paulo S/A ou de instituição de crédito assemelhada, as quotas que lhe couberem nas receitas referidas no artigo 6º, até o montante necessário para liquidar as obrigações a serem contraídas pela execução desta lei.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 18 DE JANEIRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 18 DE JANEIRO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1135, DE 21 DE JANEIRO DE 1982.

Dispõe sobre concessão de abono provisório aos servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica concedido um abono provisório da ordem de 30% (TRINTA POR CENTO), a ser aplicado sobre os respectivos padrões de vencimentos do pessoal estatutário e dos servidores que exerçam ou venham a exercer funções burocráticas ou tecnico-cientificas na Prefeitura Municipal de Tremembé.

Parágrafo Único - O abono provisório a que se refere este artigo vigorará até 30 de abril de 1982 e constitui uma antecipação de melhoria salarial, não se incorporando aos vencimentos dos servidores para efeito de futuros reajustes ou qualquer outra forma de aumento de vencimentos ou salários, salvo deliberação em contrário, se assim o entender o Chefe do Poder Executivo, caso em que o mesmo poderá ou não ser levado em consideração.

Artigo 2º - Os servidores celetistas que estão exercendo funções de Motorista, Pedreiro, Eletricista, Auxiliar de Eletricista, Encanador, Carpinteiro, Desenhista, Encarregado de Trânsito, Operador de Máquinas, Pintor, Fiscal, Professor Primário, e demais funções correlatas, terão um aumento salarial de Cr$ 3.000,00 (TRÊS MIL CRUZEIROS), até 30 de abril de 1982, o qual se incorporará imediatamente ao respectivo salário para todos os efeitos.

Artigo 3º - Aos demais servidores que se encontram sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, é concedido um aumento de Cr$ 1.000,00 (HUM MIL CRUZEIROS) em seus respectivos salários até a data fixada nos artigos anteriores, quantia essa que não se incorporará aos mesmos para qualquer efeito, salvo disposição em contrário

Artigo 4º - O pessoal celetista, contratado pela Municipalidade para prestar serviços junto ao Centro de Saúde Escola de Tremembé, terá seu respectivo salário reajustado também em forma de abono provisório, o qual será concedido de acordo com os recursos financeiros repassados pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, nos termos da Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e aquela Secretaria.

Parágrafo Único - O abono a que se refere este artigo não se incorporará ao salário para efeito algum, salvo deliberação em contrário se assim entender o Chefe do Poder Executivo.

Artigo 5º - Os benefícios desta lei são extensivos no que lhes couber, aos Inativos, Pensionistas e Servidores da Câmara Municipal de Tremembé.

Artigo 6º-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1982.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 21 DE JANEIRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 21 de JANEIRO DE 198.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.136, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de Cr$ 5.650.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, por decreto executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cr$ 5.650.000,00 (CINCO MILHÕES E SEISCENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), para atender as despesas oriundas do convênio celebrado com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, visando a continuidade do funcionamento do Centro de Saúde de Tremembé, no corrente exercício.

Parágrafo Único - Do decreto que abrir o crédito a que se refere este artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis destinados à sua cobertura, bem como, a sua competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 19 DE FEVEREIRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 19 DE FEVEREIRO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.137, DE 10 DE MARÇO DE 1982.

Autoriza, mediante contrato de comodato, o uso de dependências municipais para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - De conformidade com o disposto na letra "c", nº 1, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica dos Municípios (Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31.12.1969), fica o Chefe do Executivo autorizado a conceder o direito real de uso, mediante contrato de comodato, ao Serviço Social da Indústria - SESI, gratuitamente, dependências do próprio municipal sito à Rua Monteiro Lobato, nº 150, para o fim especial de instalação de escola de primeiro gráu.

Parágrafo Único - As dependências a que se refere o artigo são aquelas especificadas no Contrato de Comodato a ser oportunamente celebrado entre a Municipalidade e aquela entidade.

Artigo 2º - O prazo da presente concessão é de 4(quatro) anos contados da data da assinatura do competente contrato, prorrogável por outros tantos períodos mediante prévia manifestação da interessada.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 10 de MARÇO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 10 DE MARÇO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.138, DE 10 DE MARÇO DE 1982.

Autoriza a celebração de convênio com o BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, através do Chefe do Executivo, autorizada a celebrar com o Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, convênio para arrecadação e recebimento dos tributos (impostos e taxas) municipais em todas as agências BANESPA no País.

Parágrafo Único - O convênio a que se refere este artigo será celebrado nos termos propostos na minuta anexa que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a integrar a presente lei.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 10 DE MARÇO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 10 DE MARÇO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Estado de São Paulo

M I N U T A

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ-SP E O BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ-SP, C.G.C. nº 46.638.714/0001-20, de um lado, daqui em diante simplesmente designada PREFEITURA, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Dr. Júlio Vieira, RG nº 3.246.363 e C.I.C. nº 022.888.508/68, e, de outro lado, o BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, C.G.C. nº..... 61.411.633/0001-87, estabelecido à Praça Antonio Prado, 6 - em São Paulo-Capital, representado por seus Administradores abaixo-assinados, designado daqui em diante simplesmente BANESPA, têm justo e acordado um convênio para arrecadação de tributos, mediante as cláusulas seguintes, as quais se comprometem cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O BANESPA se incumbirá de arrecadar em suas agências os tributos municipais, assim considerados os impostos e taxas, que forem devidos à PREFEITURA, por conta, ordem e risco desta.

CLÁUSULA SEGUNDA - A PREFEITURA se obriga a lançar e a emitir os avisos-recibos dos tributos que forem devidos e a fazer a respectiva entrega aos contribuintes ou usuários.

CLÁUSULA TERCEIRA - A PREFEITURA não se opõe que os avisos-recibos sejam custodiados nas Agências do BANESPA, para a devida quitação nos vencimentos.

CLÁUSULA QUARTA - O BANESPA autenticará mecanicamente os recebimentos em locais que não venham prejudicar a leitura por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA - O BANESPA não poderá receber tributos após o seu vencimento, salvo se for expressamente autorizado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA SEXTA - O BANESPA encaminhará à PREFEITURA, por intermédio de sua Agência Centralizadora, os recibos acompanhados das respectivas fitas de soma, separados por espécie de contas, juntamente com o aviso de crédito correspondente, até às 16:00 horas do dia útil imediato ao da arrecadação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os documentos citados nesta cláusula, serão recebidos por funcionário credenciado pela PREFEITURA, o qual após a conferência, declarará na segunda via do aviso de crédito, que o seu valor confere com a soma dos documentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - O BANESPA não assumirá qualquer responsabilidade pela inexatidão dos dados constantes nos recibos, cabendo-lhe exclusivamente receber os respectivos valores, como declarados em tais documentos.

CLÁUSULA OITAVA- No caso de pagamento de tributos através de cheques, o BANESPA efetuará o crédito a favor da PREFEITURA, somente após a compensação dos mesmos.

CLÁUSULA NONA - O BANESPA prestará os serviços objeto do presente convênio, sem remuneração, tendo em vista o caráter especial de prestação de serviços, de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda correspondência trocada entre a PREFEITURA e o BANESPA, no que se refere à interpretação e execução do presente convênio, ficará fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A PREFEITURA obriga-se a comunicar ao BANESPA, com a devida antecedência, qualquer alteração nas guias utilizadas para as arrecadações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo do presente convênio será indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes, sem ônus, desde que notificada a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/Capital, para solucionar as questões que porventura se originarem do presente convênio.

E, por assim se acharem justos e convencionados, firmam o presente convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo,
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A.
Agência -
Centralizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ-SP

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Estado de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.139, DE 10 DE MARÇO DE 1982.

Dispõe sobre o cômputo, para efeito de aposentadoria de que tratam os artigos 270 e 272, da Lei de nº 790, de 16 de setembro de 1971 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município), o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime previdenciário federal ou estadual, pelos funcionários e servidores da Administração Municipal, nas condições que estabelece.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - O funcionário público municipal terá computado, somente para efeito de aposentadoria voluntária de que tratam os artigos 270 e 272, da Lei nº 790, de 16 de setembro de 1971 (Estatuto dos Funcionários Públicos), o tempo de serviço prestado em atividades regidas pela Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - e legislações subsequentes, bem como a do Sistema Previdenciário Estadual, desde que, à data do pedido de aposentadoria:

I - Conte 5 (cinco) anos de efetivo exercício em cargo público ou em função de natureza permanente no âmbito da Administração Municipal;

II - Seja contribuinte obrigatório do regime de pensão Mensal ou outro estabelecido pela Administração Municipal, e haja realizado, nessa condição, 60 (sessenta) contribuições mensais.

Parágrafo Único - A presente lei se aplica também ao servidor efetivo de cargo público ou admitido para funções de natureza permanente, da Administração centralizada e da Câmara Municipal.

segue.....

(fls.02).....

Artigo 2º - Para o fim previsto no artigo anterior, sem prejuizo das demais disposições das Leis Federais nº 6.226, de 14 de junho de 1975, e nº 6.864 de 1º de dezembro de 1980, observar-se-ão as seguintes normas:

I - Não será admitida a contagem de tempo de serviço em dobro ou em outras condições especiais;

II - É vedada a acumulação de tempo de serviço público com o de atividade privada vinculada ao regime da Previdência Social Urbana, quando concomitantes;

III - Não será contado o tempo de serviço que tiver servido de base para aposentadoria pelo regime da Previdência Social Urbana, nem, inversamente, o tempo de serviço que tiver sido computado para aposentadoria pelos cofres municipais;

IV - Nos casos de acumulação de cargos ou funções, o tempo de serviço em atividade privada vinculada ao regime da Previdência Social Urbana será computado em relação a apenas um deles.

Artigo 3º - O tempo de serviço em atividades regidas pela Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislações subsequentes, bem como no Sistema Previdenciário Estadual, somente será computado para os efeito desta lei, mediante certidão expedida pelo órgão competente, na forma prevista na Legislação Federal ou Estadual pertinente.

Artigo 4º - Para efeito de que trata o item I, do artigo 1º, da presente lei, contar-se-á o efetivo exercício do funcionário ou servidor ocupante de cargo isolado de privimento efetivo, que passar a quadro suplementar, de conformidade com o disposto no artigo 28, da Lei nº 1.103, de 26 de maio de 1981 (Organização Administrativa do Município).

segue.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

(fls.03).....

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua ppublicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 10 DE MARÇO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 10 DE MARÇO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.140, DE 10 DE MARÇO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma da legilação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor de Cr$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), para aquisição de material de iluminação da quadra polivalente e início dos vestiários masculino e feminino do Centro de Lazer desta localidade, de conformidade com o Termo de Aditamento e Reti-Ratificação celebrado com a Secretaria de Relações do Trabalho em 12 de novembro de 1981.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura deste crédito, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis destinados à sua cobertura, bem como a sua competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 10 DE MARÇO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 10 DE MARÇO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.141, DE 24 DE MARÇO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor de Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS), destinado à implantação de galerias de águas pluviais em ruas desta cidade.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura deste crédito, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis destinados à sua cobertura, bem como a sua competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE MARÇO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE MARÇO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.142, DE 13 DE ABRIL DE 1982.

Dispõe sobre suplementação de crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$ 2.030.000,00 (DOIS MILHÕES E TRINTA MIL CRUZEIROS), para servir de reforço ao crédito adicional especial a que se refere o Decreto nº 609, de 19 de fevereiro de 1982, assim distribuido:

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....	Cr$	1.200.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....	Cr$	800.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....	Cr$	20.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos		
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	Cr$	10.000,00
	Cr$	2.030.000,00

Parágrafo Único - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo deverão constar, de modo obrigatório, os recursos hábeis à sua cobertura, bem como a sua competente classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 13 DE ABRIL DE 1982.

Dr. Julio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 13 DE ABRIL DE 1982.

Julio Seiso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.143, DE 13 DE ABRIL DE 1982.

Dispõe sobre pagamento de débitos tributários.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Tremembé, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Os débitos tributários de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 1981, inscritos ou não como Dívida Ativa do Município, ajuizados ou não, poderão ser pagos de uma só vez com:

a) dispensa da multa e dos juros de mora até o dia 30.06.82;

b) redução:

1.) à metade do valor da multa e dos juros morotórios, até 30.09.82;

2.) em 25% desses valores até 30.11.82.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 13 de ABRIL DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 13 DE ABRIL DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.144, DE 27 DE ABRIL DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal de nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, no setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial até o valor de Cr$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), para atender ações de caráter social desenvolvidas com o objetivo de amparar e proteger as pessoas, individual ou coletivamente, em especial as das classes mais carentes.

Parágrafo Único - Do Decreto de abertura do crédito referido neste artigo constarão, obrigatoriamente, os recursos hábeis à sua cobertura, bem como a competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 27 DE ABRIL DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 27 DE ABRIL DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.145, DE 27 DE ABRIL DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal de nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial até o valor de Cr$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS), destinado à construção de sanitários públicos, cozinha, galpão e outras dependências necessárias à implantação de escola pré-primária no Parque Infantil "FREI LEONARDO", sito à Praça São Benedito, nesta cidade.

Parágrafo Único - Do Decreto de abertura do crédito referido neste artigo constarão, obrigatoriamente, os recursos hábeis à sua cobertura, bem como a competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 27 DE ABRIL DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 27 DE ABRIL DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.146, DE 27 DE ABRIL DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédio adicional da ordem de Cr$ 3.800.000,00 (TRÊS MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

4. ADMINISTRAÇÃO
4.2 - MATERIAL
3.1.2.0 - Material de Consumo..... Cr$ 300.000,00

6. SAÚDE E SANEAMENTO
6.2 - ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR
3.1.2.0 - Material de Consumo..... Cr$ 500.000,00

7. OBRAS E VIAÇÃO
7.2 - SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL
3.1.2.0 - Material de Consumo..... Cr$ 3.000.000,00

Parágrafo Único - Do decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obriga

continua.....

tória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e a sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 27 de ABRIL DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 27 DE ABRIL DE 1982.

Júlio Celso Otani

Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.147, DE 06 DE MAIO DE 1982.

Autoriza a Prefeitura do Município de Tremembé receber mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a Fundo Perdido, oriundos do FNDU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - receber através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a Fundo Perdido, procedentes do Adicional do Imposto Único sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos - (FNDU/ESTADO) - Quota parte Estado, no valor de até Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS);

II - assinar com a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no item I deste artigo, bem como acatar as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III - abrir crédito adicional especial na importância de até Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS), para fazer face às despesas com o Programa MACRO-EIXO- Rio/São Paulo, ora autorizado.

continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

(fls.02)

Parágrafo Único - A cobertura do crédito autorizado no item III será efetuada mediante utilização de recursos a serem repassados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior, destinar-se-ão à Pavimentação Urbana.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 06 de MAIO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 06 DE MAIO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

M I N U T A

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR, COM A INTERVENIÊNCIA DA COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ.

A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representada por seu Secretário, Doutor_____, conforme autorização do Senhor Governador exarada nos autos do Processo nº _____, com a interveniência de sua COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL, representada pelo Seu Coordenador, Doutor_____ _____, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, representada por seu Prefeito, Senhor_____ _____, autorizado a firmar o presente acordo pela Lei Municipal nº_____, de_____de_____de 19__, resolvem celebrar o presente convênio visando a execução do Programa MACRO-EIXO Rio/São Paulo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- DO OBJETO - constitui objeto do presente convênio a execução das obras constantes do Programa MACRO-EIXO Rio/São Paulo, compreendendo a pavimentação da 2ª pista da Avenida da Saudade, com lajotas de concreto sextavadas, no total de 2.436 m2 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis metros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA:- DA EXECUÇÃO:- são executores do presente convênio:

a) pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Ação Regional, da mesma Secretaria, doravante denominada CAR;
b) A Prefeitura Municipal de Tremembé, doravante denominada PREFEITURA;

continua.....

CLÁUSULA TERCEIRA:- DAS COMPETÊNCIAS:- para a execução do presente convênio, a CAR e a PREFEITURA terão as seguintes competências:

I - Compete à CAR:

a) analisar e aprovar sob o ponto de vista de sua importância e conveniência para o desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes da ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, os projetos das obras a que se destinam os recursos objeto do presente recurso;

b) coordenar a execução, bem como vistoriar as obras objeto deste Convênio, de responsabilidade técnica da Prefeitura, através de suas Assessorias e de seus Escritórios Regionais do Interior - ERINs;

c) fornecer à Prefeitura instruções relativas às normas básicas de Acompanhamento e Controle, estabelecidas pela CAR;

II - Compete à PREFEITURA:

a) executar direta ou indiretamente as obras e ou projetos de que trata o presente convênio;

b) no caso das obras e ou projetos serem executados indiretamente, caberá à Prefeitura a responsabilidade de acompanhamento e fiscalização dos mesmos;

c) elaborar os planos de aplicação, perfil dos projetos e cronograma físico-financeiro relativos aos mesmos;

d) encaminhar a CAR, através do Escritório Regional do Interior - ERIN, para fins de liberação dos recursos os Documentos constantes do Inciso II da Cláusula Sexta;

e) divulgar as obras, objeto do presente convênio, nos locais de sua execução através de placas indicativas cujo modelo será fornecido pela CAR.

CLÁUSULA QUARTA:- DO VALOR:- o valor do presente convênio é

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

continua.....

PARÁGRAFO ÚNICO:- Caso o custo de execução das obras conveniadas supere o valor deste Convênio, o custo adicional será de responsabilidade da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA:- DOS RECURSOS:- os recursos necessários à execução do presente Convênio são originários de transferência federal, por força do disposto na Lei Federal nº 6.261, de 14 de novembro de 1975, e irão onerar o elemento econômico 4.3.2.3., da dotação orçamentária do corrente exercício da CAR;

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos transferidos pela CAR à PREFEITURA em função deste Convênio, serão depositados no Banco do Brasil S/A, em conta vinculada, devendo ser aplicados exclusivamente na execução das obras conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA:- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:- os recursos objeto do presente Convênio, serão repassados parceladamente à PREFEITURA nas seguintes condições:

I - 30% (trinta por cento) do valor total, correspondendo a

quando da entrega pela PREFEITURA do Plano de Aplicação dos Recursos, indicando os cronogramas físico-financeiro de despesas e, quando for o caso, a participação dos recursos próprios municipais respectiva a cada etapa do projeto a ser alocada pela PREFEITURA ou proveniente de outra fonte.

II - O restante dos recursos serão liberados conforme medição de obras a ser realizada pela CAR, observado também a apresentação dos seguintes documentos:

a) Relatórios Mensais de Acompanhamento de acordo com Plano de Aplicação aprovado pela CAR;

b) Relatórios Trimestrais de Acompanhamento Físico-Financeiros das obras, objeto do presente convênio;

PREFEITURA MUNICIPAL
IRÊMEMBÉ
— S.P. —

continua.....

c) Prestações de Contas por parcelas recebidas, comprovando a aplicação dos recursos liberados para a execução das obras constante (s) da Cláusula Primeira;

PARÁGRAFO ÚNICO:- A apresentação dos documentos referidos nos incisos I e II desta Cláusula, será efetuada por projeto, e os valores a serem liberados corresponderão aos relativos a cada projeto.

CLÁUSULA SÉTIMA:- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:- até 30 (trinta) dias úteis, após a aplicação dos recursos relativos a este Convênio a PREFEITURA deverá encaminhar à CAR, de acordo com as respectivas normas expedidas, a prestação de contas dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA:- DA DENÚNCIA:- o não cumprimento de qualquer uma das Cláusulas e ou obrigações neste Convênio pactuadas, poderão implicar na imediata denúncia da parte prejudicada, independente de interpelação judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA NONA:- DO FORO:- fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, para qualquer procedimento judicial decorrente do presente Convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais priviliegiado que seja, reservando-se a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, o direito de reter a dotação de recursos que eventualmente for objeto de discussão.

CLÁUSULA DÉCIMA:- DOS PRAZOS:- O prazo de execução das obras objeto do presente Convênio será de_____ dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Caso haja interesse das partes conveniadas, o presente Convênio poderá ser prorrogado por mais_____dias.

PREFEITURA MUNICIPAL TREMEMBÉ S.P.

continua.....

E por estarem de acordo e compromissados, assinam em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, de de 19 .

SECRETÁRIO DO INTERIOR

COORDENADOR DA CAR

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:-

PREFEITURA MUNICIPAL
— S.P. —

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.148, DE 24 DE MAIO DE 1982.

Reajusta vencimentos e salários dos servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica incorporado, para fins de reajuste de vencimentos, o abono provisório de que trata o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 1.135, de 21.01.82.

Artigo 2º - Os valores constantes das tabelas anexas à Lei Municipal nº 1.105, de 27 de maio de 1981, ficam reajustados na conformidade dos anexos que acompanham e passam a fazer parte integrante da presente lei.

Artigo 3º - Fica concedido um reajuste de 55% (CINCOENTA E CINCO POR CENTO) a ser aplicado sobre os vencimentos do pessoal de que trata o artigo 1º e seu parágrafo único e artigo 2º, da Lei nº 1.135, de 21 de janeiro de 1982.

Artigo 4º - Aos demais servidores não enquadrados nas disposições dos artigos 1º e 2º, da Lei nº 1.135, de 21 de janeiro de 1982, fica estabelecido, para efeito de percepção de salários, o mínimo correspondente ao importe de Cr$ 17.608,00.

Artigo 5º - O beneficio a que se refere a Lei nº 790, de 16 de setembro de 1971 (Salário Família), passa a ser de Cr$ 500,00 (QUINHENTOS CRUZEIROS) por dependente.

continua.....

(fls. 02)

Artigo 6º - Para os efeitos do que dispõe o artigo 3º desta lei, as frações de centavos serão arredondadas para a casa de cruzeiro mais próxima.

Artigo 7º - Os benefícios constantes desta lei são extensivos, no que lhes couber, aos Inativos, Pensionistas e servidores da Câmara Municipal de Tremembé, não se aplicando aos servidores contratados para trabalhos junto ao Centro de Saúde Escola de Tremembé, salvo o salário mínimo de que trata o artigo 4º desta lei.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1982.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE MAIO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE MAIO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTOS EM COMISSÃO E DE CHEFIA DE SETOR.

REF.	A	B	C	D	E	F
CD-1	46.415,50	48.860,00	51.304,00	53.748,00	56.188,50	58.633,00
CD-2	48.860,00	51.304,00	53.748,00	56.188,00	58.633,00	61.075,50
CD-3	51.304,00	53.748,00	56.188,00	58.633,00	61.075,50	63.520,50

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

REF.	A	B	C	D	E	F
01	14.655,00	15.898,50	17.100,00	18.343,00	19.544,00	20.785,00
02	15.898,50	17.100,00	18.343,00	19.544,00	20.785,00	21.988,50
03	17.100,00	18.343,00	19.544,00	20.785,00	21.988,50	23.225,00
04	18.343,00	19.544,00	20.785,00	21.988,50	23.225,00	24.432,00
05	19.544,00	20.785,00	21.988,50	23.225,00	24.432,00	25.669,50
06	20.785,00	21.988,50	23.225,00	24.432,00	25.669,50	26.876,00
07	21.988,50	23.225,00	24.432,00	25.669,50	26.876,00	28.114,00
08	23.225,00	24.432,00	25.669,50	26.876,00	28.114,00	29.317,00
09	24.432,00	25.669,50	26.876,00	28.114,00	29.317,00	30.557,50
10	25.669,50	26.876,00	28.114,00	29.317,00	30.557,50	31.761,00
11	26.876,00	28.114,00	29.317,00	30.557,50	31.761,00	33.002,00
12	28.114,00	29.317,00	30.557,50	31.761,00	33.002,00	34.205,00
13	29.317,00	30.557,50	31.761,00	33.002,00	34.205,00	35.446,00
14	30.557,50	33.002,00	35.446,00	37.890,00	40.334,00	42.771,00
15	31.761,00	34.205,00	36.649,00	39,085,00	41.529,00	43.972,00
16	33.002,00	35.446,00	37.890,00	40.334,00	42.771,00	45.210,50
17	34.205,00	36.649,00	39.085,00	41.529,00	43.972,00	46.415,50
18	36.649,00	39.085,00	41.529,00	43.972,00	46.415,50	48.860,00
19	41.529,00	43.972,00	46.415,00	48.860,00	51.304,00	53.748,00
20	46.415,50	48.860,00	51.304,00	53.748,00	56.188,50	58.633,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 de maio de 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.149, de 07 DE JUNHO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 7.000.000,00 (SETE MILHÕES DE CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

8. SERVIÇOS MUNICIPAIS
8.1 LIMPEZA PÚBLICA
3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 5.000.000,00
9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.2 DESPESAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada..... (+) Cr$ 2.000.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e sua classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 07 DE JUNHO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 07 DE JUNHO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.150, DE 24 DE JUNHO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 6.500.000,00 (SEIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

3. FINANÇAS
3.1 TRIBUTAÇÃO
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... (+) Cr$ 500.000,00
6. SAÚDE E SANEAMENTO
6.3 SANEAMENTO
3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 2.000.000,00
7. OBRAS E VIAÇÃO
7.1 OBRAS E CONSERVAÇÃO
3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 4.000.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE JUNHO DE 1982

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE JUNHO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.151, DE 24 DE JUNHO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 8.450.000,00 (OITO MILHÕES E QUATROCENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

1. LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... (+) Cr$ 100.000,00
4. ADMINISTRAÇÃO
4.2 MATERIAL
3.1.2.0 - Material de Consumo..... (+) Cr$ 1.000.000,00
6. SAÚDE E SANEAMENTO
6.2 ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR
3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 1.350.000,00
8. SERVIÇOS MUNICIPAIS
8.2 ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... (+) Cr$ 3.000.000,00
8.3 PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 3.000.000,00

continua.....

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e a sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE JUNHO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE JUNHO DE 1982.

Julio Celso Otani

Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.152, DE 09 DE JULHO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 1.200.000,00 (HUM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), suplementar à seguinte dotação do orçamento financeiro corrente:

8. SERVIÇOS MUNICIPAIS
8.2 ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.1.1.0 - Obras e Instalações..... Cr$ 700.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura, bem como a sua competente classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 09 DE JULHO DE 1982.

Dr. Julio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 09 DE JULHO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.153, de 09 DE JULHO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 3.100.000,00 (TRÊS MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro corrente:

6. SAÚDE E SANEAMENTO
6.2 ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR
3.1.2.0 - Material de Consumo..... (+) Cr$ 600.000,00
7. OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL
3.1.2.0 - Material de Consumo..... (+) Cr$ 2.500.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura, bem como a sua competente classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 09 DE JULHO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 09 DE JULHO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.154, DE 13 DE JULHO DE 1982.

Dispõe sobre concessão de abono provisório aos servidores municipais contratados para o Centro de Saúde Escola de Tremembé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica concedido aos servidores municipais contratados para prestar serviços junto ao Centro de Saúde Escola de Tremembé, um abono provisório da ordem de 40% (QUARENTA POR CENTO) a ser aplicado sobre os vencimentos percebidos no mês de abril de 1982.

Parágrafo Único - O presente abono retroage à data de 1º de maio de 1982 e vigorará até 31 de agosto de 1982, podendo ser transformado em aumento definitivo desde que a verba destinada ao atendimento do Convênio existente entre a Municipalidade e a Secretaria de Estado da Saúde, seja suplementada no corrente exercício pelo orgão competente.

Artigo 2º - O abono provisório de que trata esta Lei não alcançará aqueles servidores que percebem seus salários com base no salário mínimo, sendo-lhes fixado, para efeito de percepção de vencimentos, o mínimo vigente no âmbito da Administração Municipal que é de Cr$ 17.608,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS E OITO CRUZEIROS).

continua.....

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 13 DE JULHO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 13 DE JULHO DE 1982.

Júlio Celso Otani

Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.155, DE 13 DE JULHO DE 1982.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito por antecipação da receita e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Estado de São Paulo S/A., operação de crédito por antencipação da receita até o montante de Cr$ 1.200.000,00 (HUM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), que será liquidada até 30 (TRINTA) dias depois de encerrado o atual exercício financeiro, acrescido de juros, taxas e encargos de acordo com as condições operacionais da referida instituição oficial de crédito.

Artigo 2º - Fica, outrossim, permitido ao Executivo vincular ao instrumento contratual respectivo, para cumprimento das obrigações previstas no artigo anterior, o produto das parcelas do Imposto de Circulação de Mercadorias e/ou de outro que porventura venha a substituí-lo, cabíveis ao Município, assim como a totalidade ou parte dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes das operações contratadas, e também autorizar o Banco do Estado de São Paulo, S/A. a reter, receber e/ou compensar diretamente ou nos orgãos e estabelecimentos competentes, aqueles recursos, até o limite das obrigações vencidas, conferindo para tanto poderes especiais irrevogáveis e irretratáveis no contrato que for assinado ou em instrumento separado.

Parágrafo Único - A execução do disposto no "caput" deste artigo poderá efetivar-se em quaisquer datas até o montante necessário ao pagamento de prestações e encargos vencidos e não pagos.

continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

(fls.02)

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contratos, termos, aditivos e outros instrumentos públicos ou particulares destinados à contratação do empréstimo e/ou outorga dos poderes de que trata esta Lei.

Artigo 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 13 DE JULHO DE 1982.

Dr. Julio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 13 DE JULHO DE 1982.

Julio Edilso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.156, DE 30 DE JULHO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 9.050.000,00 (NOVE MILHÕES E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

1.	LEGISLATIVO	
1.2	SECRETARIA	
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....(+)	Cr$ 1.700.000,00
5.	EDUCAÇÃO E CULTURA	
5.2	ENSINO DE PRIMEIRO GRÃU	
3.1.1.1 -	Pessoal Civil..... (+)	Cr$ 2.000.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
3.1.1.3 -	Obrigações Patronais..... (+)	Cr$ 5.000.000,00
3.2.5.2 -	Pensionistas..... (+)	Cr$ 350.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e sua classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 30 DE JULHO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 30 DE JULHO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.157, DE 09 DE AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS), suplementar à seguinte dotação do orçamento financeiro vigente:

8. SERVIÇOS MUNICIPAIS
8.2 ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.0.0.0 - Despesas de Capital
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.1.0 - Obras e Instalações..... Cr$ 700.000,00

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e sua classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 09 DE AGOSTO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 09 DE AGOSTO DE 1982.

Júlio Elso Otani
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.158, de 27 DE AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre financiamento para aquisição de equipamentos rodoviários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, através do Chefe do Poder Executivo, autorizada a contrair com o Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, ou instituição assemelhada, um empréstimo da ordem de até Cr$ 3.500.000,00 (TRÊS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), destinado à aquisição de uma camioneta, equipada, para prestação de serviços junto ao Setor de Educação e Cultura - Ensino Regular (Merenda Escolar).

Artigo 2º - Para cumprimento do disposto no artigo 1º da presente lei, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a assinar com a instituição financeira credora o respectivo contrato, bem como a assumir todas as demais obrigações decorrentes do financiamento.

Artigo 3º - Como garantia da operação creditícia, os equipamentos a serem adquiridos podem ser alienados fiduciariamente à instituição financeira credora, nos termos e para os efeitos do artigo 66 e parágrafos, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação e as normas processuais adotadas pelo Decreto Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.

Artigo 4º - Para atender os encargos oriundos desta Lei, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de até Cr$3.500.000,00 (TRÊS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos de cobertura e sua classificação legal.

Artigo 5º - Os orçamentos futuros consignarão, obrigatóriamente, dotações próprias e especificas para atender os compromissos derivados desta lei.

Artigo 6º - A amortização do empréstimo será efetivada mediante aplicação da quota que for creditada ao Município, decorrente da arrecadação da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nos termos do artigo 25, da Constituição Federal, e o pagamento dos respectivos encargos financeiros de qualquer natureza, acessórios, acréscimos previstos e multas sobre a liberação do empréstimo serão efetivados mediante a aplicação da quota que for creditada ao Município, decorrente da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), nos termos do artigo 23, parágrafo 8º, da Constituição Federal.

Parágrafo 1º - Na hipótese de insuficiência, cancelamento ou suspensão das quotas do FPM, os pagamentos serão realizados mediante aplicação de outros recursos, quer incluidos no orçamento municipal, quer extra-orçamentários, tais como as quotas do Imposto de Circuçação de Mercadorias.

Parágrafo 2º - O Prefeito Municipal poderá autorizar, de forma irrevogável, o Banco do Estado de São Paulo S/A. ou instituição assemelhada, a contabilizar a débito da conta do Município em que forem creditadas as quotas ou recursos referidos neste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações derivadas desta lei.

(fls.03)

Artigo 7º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar, em nome do Município, procuração à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, criada pelo Decreto Federal nº 59.170, de 02 de setembro de 1966, ou à outra entidade financeira que participe do financiamento com cláusula expressa de substabelecer o mandato, para receber do Banco do Estado de São Paulo S/A ou de instituição de crédito assemelhada, as quotas que lhe couberem nas receitas referidas no artigo 6º, até o montante necessário para liquidar as obrigações a serem contraidas pela execução desta lei.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 27 DE AGOSTO DE 1982

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 27 DE AGOSTO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.159, DE 31 DE AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal de nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar no valor de Cr$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS), para servir de reforço ao crédito adicional especial a que se refere o Decreto nº 619, de 27 de abril de 1982.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos para cobertura e sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 31 DE AGOSTO DE 1982.

Dr. Julio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 31 DE AGOSTO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.160, DE 31 DE AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 9.100.000,00 (NOVE MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

2.	EXECUTIVO		
2.1	GABINETE DO PREFEITO		
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+) Cr$	1.500.000,00
2.4	SECRETARIA		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	1.500.000,00
2.5	PROCURADORIA		
3.1.3.1 -	Remuneração de Serviços Pessoais...	(+) Cr$	200.000,00
3.	FINANÇAS		
3.1	TRIBUTAÇÃO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	1.300.000,00
3.2	TESOURARIA		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	600.000,00
4.	ADMINISTRAÇÃO		
4.1	PESSOAL		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	1.000.000,00
7.	OBRAS E VIAÇÃO		
7.2	SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	1.500.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
9.2	DESPESAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO		
4.3.5.1 -	Amortização da Dívida Contratada....	(+) Cr$	1.500.000,00

continua.....

Parágrafo Único - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 31 DE AGOSTO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 31 DE AGOSTO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.161, DE 31 DE AGOSTO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Na forma da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor de Cr$300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS), para aquisição de equipamentos a serem utilizados na Quadra Polivalente do Centro de Lazer do Trabalhador, nesta localidade.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura deste crédito, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis destinados à sua cobertura, bem como sua competente classificação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 31 DE AGOSTO DE 1982.

Dr. Julio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 31 DE AGOSTO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.162, DE 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre aumento de vencimentos dos servidores Municipais contratados para o Centro de Saúde Escola de Tremembé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica transformado em aumento definitivo o abono provisório criado pela Lei nº 1.154, de 13 de julho de 1982.

Artigo 2º - Continua em vigor a disposição do artigo 2º, da Lei nº 1.154, de 13 de julho de 1982.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 1982, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

C E P 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.163, DE 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Autorisa abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorisado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$8.800.000,00 (OITO MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro corrente:

1.	LEGISLATIVO		
1.3	PROCURADORIA		
3.1.3.1 -	Remuneração de Serviços Pessoais...	(+) Cr$	110.000,00
3.	FINANÇAS		
3.3	CONTABILIDADE		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	1.400.000,00
4.	ADMINISTRAÇÃO		
4.2	MATERIAL		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	900.000,00
5.	EDUCAÇÃO E CULTURA		
5.1	ENSINO DE PRIMEIRO GRÃU		
4.1.1.0 -	Obras e Instalações Reformas e Ampliações de prédios es colares pertencentes ao Patrimônio Municipal.....	(+) Cr$	500.000,00
7.	OBRAS E VIAÇÃO		
7.3	TRÂNSITO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	240.000,00
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+) Cr$	150.000,00

continua.....

8. SERVIÇOS MUNICIPAIS

8.1 LIMPEZA PÚBLICA

3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 4.000.000,00

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

9.1 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.2.5.1 - Inativos..... (+) Cr$ 1.500.000,00

Parágrafo Único - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

C E P 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.164, DE 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Na forma do disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor de Cr$ 926.264,81 (NOVECENTOS E VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO CRUZEIROS E OITENTA E UM CENTAVOS), para atender as despesas com extensão de rede de água às margens da Rodovia Estadual "Engº João Caetano Alvares Junior", no sentido Tremembé/Taubaté e ao Loteamento Jardim dos Eucaliptos, nesta cidade.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis necessários à sua cobertura e a competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.165, DE 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre pagamento de débitos em atraso resultantes da Contribuição de Melhoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar em até 12 (DOZE) prestações mensais e consecutivas, os débitos inscritos em Dívida Ativa, referentes a Contribuição de Melhoria.

Parágrafo 1º - Os débitos a que se refere este artigo ficam isentos de qualquer acréscimo desde que quitados na sua totalidade até 30 de novembro do corrente ano.

Parágrafo 2º - O atraso no pagamento de qualquer das prestações ajustadas nos termos deste artigo importa na perda do direito ao parcelamento nele referido.

Artigo 2º - Fica também autorizado o Poder Executivo a receber sem acréscimo as parcelas pré-fixadas em atraso no corrente exercício desde que quitadas na sua totalidade.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreita Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.166, DE 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre suplementação de crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal de nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cr$4.048.202,00 (QUATRO MILHÕES, QUARENTA E OITO MIL, DUZENTOS E DOIS CRUZEIROS), para servir de reforço ao crédito adicional especial a que se refere o Decreto nº 622, de 29 de abril de 1982, assim distribuido:

Pessoal Civil.....	Cr$	2.600.000,00
Obrigações Patrimonais.....	Cr$	900.000,00
Material de Consumo.....	Cr$	300.000,00
Outros Serviços e Encargos.....	Cr$	248.202,00

Parágrafo Único - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis à sua cobertura, bem como sua competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE SETEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.167, DE 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor de Cr$1.690.634,40 (HUM MILHÃO SEISCENTOS E NOVENTA MIL, SEISCENTOS E TRINTA E QUATRO CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS), para atender as despesas com prolongamento de rede coletora de esgotos às Ruas Souza Ribeiro, Inocêncio Lazarim, Travessas 13 de Maio e Hermes da Fonseca, neste Município.

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis necessários à sua cobertura, bem como sua competente classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.168, DE 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Na forma do preceito inserido no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a abrir na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial até o valor de Cr$1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS), para fazer face às despesas com reforma de parte do prédio situado à Praça da República, esquina com Rua Sete de Setembro, cedido em comodato à Prefeitura Municipal de Tremembé pela PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S/A.).

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de forma obrigatória, os recursos hábeis necessários à sua cobertura bem como sua classificação legal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.169, DE 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dispõe sobre a cessão em comodato de uma área que especifica, ao LIONS CLUBE DE TREMEMBÉ e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a ceder em comodato ao LIONS CLUBE DE TREMEMBÉ, um terreno pertencente a classe dos bens dominicais, localizado com frente para a Rua José Monteiro Patto, esquina com a Rua Osório F. de Toledo, medindo 20,00 m., com fundos correspondentes, onde defronta com o lote 1, da quadra "E", de propriedade de Antonio Isaias Monteiro; medindo de ambos os lados 45,00 m., confrontando do lado direito de quem da rua olha o imóvel, com propriedade de Júlio Celso Otani, José Alaor Pombo Barbosa, Antonio Carlos de Paula e Antonio Marcos Mancastropi, e, do lado esquerdo, com a Rua Osório Fernandes de Toledo, encerrando uma área de 900,00 m2, tudo conforme planta e memorial descritivo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Artigo 2º - O prazo da cessão em comodato de que trata esta Lei é de 20 (VINTE) anos, podendo ser prorrogado por tantos outros períodos, desde que a Comodatária não o renuncie expressamente, até 30 (TRINTA) dias antes do seu vencimento.

continua.....

Parágrafo Único - O prazo de que trata este artigo, começará a fluir, da data da assinatura do contrato de comodato, que deverá, obrigatóriamente, ser celebrado através de escritura pública, lavrada em Cartório.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos.

Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.170, DE 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 ds Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$14.400.000,00 (CATORZE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

2.	EXECUTIVO		
2.1	GABINETE DO PREFEITO		
4.2.2.0 -	Aquisição de Outros Bens de Capital já em Utilização.....	(+) Cr$	600.000,00
2.4	SECRETARIA		
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+) Cr$	500.000,00
4.	ADMINISTRAÇÃO		
4.2	MATERIAL		
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+) Cr$	1.000.000,00
6.	SAÚDE E SANEAMENTO		
6.2	ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR		
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+) Cr$	600.000,00
7.	OBRAS E VIAÇÃO		
7.2	SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL		
3:1:2.0 -	Material de Consumo.....	(+) Cr$	2.500.000,00
8.	SERVIÇOS MUNICIPAIS		
8.5	CEMITÉRIO		
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+) Cr$	500.000,00

continua.....

(fls.02)

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

9.1 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1.1.3 - Obrigações Patronais..... (+) Cr$ 8.000,000,00

9.2 DESPESAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO

3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada..... (+) Cr$ 700,000,00

Parágrafo Único - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.171, DE 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dispõe sobre declaração de utilidade pública do "Grêmio Recreativo e Escola de Samba DEMOCRATAS DA VILA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a entidade associativa de caráter social, cultural, esportivo e recreativo denominada "Grêmio Recreativo e Escola de Samba DEMOCRATAS DA VILA" com sede neste Município, e devidamente registrada.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 11 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos

Secretária-Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1982.

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar contrato com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A.

DR. JÚLIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Tremembé,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo de Tremembé, na pessoa de seu Prefeito Municipal, autorizado a celebrar com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A., CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Parágrafo Único - Durante a vigência do contrato continuará a prevalecer a isenção de impostos, taxas e contribuições de melhoria que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ora contratados.

Artigo 2º - Passa a fazer parte integrante da presente Lei, a minuta de contrato, elaborada pela ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A.

Artigo 3º - As despesas necessárias para fazer face à esta Lei, correrão a conta das verbas próprias do orçamento vigente e futuros, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 25 DE OUTUBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 25 DE OUTUBRO DE 1982.

Vânia Lucia Ferreira Campos
Secretário-Substituto

ELETROPAULO
Eletricidade de
São Paulo S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

N.º

CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ E A ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A.

ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A., empresa concessionária de serviços de energia elétrica, adiante denominada ELETROPAULO, com sede na Capital de São Paulo, na Rua Cel. Xavier de Toledo, nº 23, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes, do Ministério da Fazenda, sob número 61.695.227/0001-93, neste ato representada pelos Diretores ao final assinados e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, representada pelo Prefeito Municipal, residente e domiciliado em à Rua devidamente autorizado pela Lei Municipal nº , de ., de ora em diante designada MUNICIPALIDADE, têm justo e contratado o fornecimento de energia elétrica e execução de instalação, manutenção e operação de iluminação pública no município de TREMEMBÉ, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - Energia Elétrica: Características do Fornecimento, Preços e Condições

1 - A energia elétrica destinada à iluminação pública, será fornecida nos pontos de alimentação, sob forma de corrente trifásica ou monofásica, com cerca de 60 ciclos por segundo, em tensão secundária ou primária, assim considerada a de 2.200 volts para cima, com as variações do seu sistema elétrico e de acordo com a tensão que a ELETROPAULO tiver em cada local e só poderá ser usada para fins de iluminação pública.

2 - A carga mínima a ser ligada em cada ponto de alimentação será de 20 (vinte) kW para tensão primária e de 2 (dois) kW para tensão secundária.

O fator de potência da carga de iluminação pública deverá ser no mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento).

3 - Quando a ELETROPAULO mudar as voltagens de fornecimento, implicando na substituição de transformadores e aparelhos de controle já instalados de acordo com este contrato e o anterior, tal substituição será feita à custa da mesma desde que a mudança de voltagem não tenha sido solicitada pela Municipalidade caso em que correrão todas as despesas por conta da Municipalidade.

4 - O consumo de energia fornecida será calculado em quilowatts-hora por lâmpada instalada, acrescido das perdas de circuito, transformadores e aparelhos de comando das instalações de iluminação pública.

5 - O preço de quilowatt-hora será cobrado na conformidade da tarifa estabelecida por portaria do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), do Ministério das Minas e Energia, ficando sujeito aos aumentos ou acréscimos, que para quaisquer fins, vierem a ser autorizados pelo poder competente.

CLÁUSULA II - Material

1 - A Municipalidade fornecerá todo o material necessário às instalações, manutenção e operação da iluminação pública, com alimentação aérea ou subterrânea, inclusive os equipamentos para funcionamento e proteção das lâmpadas.

a - Esse material será requisitado pela ELETROPAULO à Municipalidade, com as especificações referentes a seu emprego.

2 - Os postes, cruzetas e pinos serão fornecidos pela ELETROPAULO e permanecerão de propriedade desta, exceto os postes que não possam ser utilizados para suporte da rede de distribuição, tais como os colocados em parques, jardins e os considerados do tipo ornamental, os quais, com os acessórios necessários, serão fornecidos pela Municipalidade.

3 - Quando a ELETROPAULO tiver, em seu estoque, o material de responsabilidade d Municipalidade, poderá fornecê-lo, a pedido desta e ao preço corrente, ficando, em tal hipótese, a cargo da Municipalidade as despesas fiscais e quaisquer outras ocasionadas pela aquisição e fornecimento desse material.

4 - Todo o material adquirido ou fornecido pela Municipalidade ficará sendo de sua exclusiva propriedade.

5 - No interesse do serviço e da Municipalidade, deverão ser submetidos à prévia aprovação da ELETROPAULO todos os materiais a serem empregados na instalação, operação e manutenção dos serviços de iluminação pública.

6 - O tipo das unidades e respectivas luminárias, com alimentação aérea ou subterrânea, bem como, o tipo e a intensidade das lâmpadas, serão determinados pela Municipalidade, devendo ser de fácil operação e manutenção e oferecer a segurança e a duração necessárias.

7 - O tipo de braço ou pendente aéreo a ser instalado nos postes da ELETROPAULO deverá ser adaptável às instalações desta.

CLÁUSULA III - Instalação

1 - Todas as instalações das unidades de iluminação pública, de alimentação aérea ou subterrânea, serão executadas pela ELETROPAULO, sendo a esta permitida a subcontratação dos serviços desde que os mesmos sejam executados sob sua integral responsabilidade.

2 - As unidades com alimentação subterrânea somente poderão ser instaladas em locais onde não interfiram com a rede aérea de distribuição ou transmissão da ELETROPAULO, existente ou projetada.

3 - A instalação de unidades com a alimentação subterrânea em viadutos, pontes e jardins poderá ser executada pela Municipalidade, sendo que o fornecimento de energia elétrica para essas instalações dependerá de ajuste entre as partes.

4 - As instalações necessárias aos serviços de iluminação pública serão requisitadas pela Municipalidade, por ofício, acompanhado de planta do logradouro público e com a indicação da posição de cada lâmpada e as especificações necessárias quanto ao tipo e intensidade das mesmas.

5 - Ficarão a cargo da Municipalidade todas as despesas com execução das instalações compreendendo mão de obra, transporte, administração, encargos decorrentes da legislação social e outras.

6 - Os orçamentos da ELETROPAULO, com a indicação das despesas, detalhes do material e preços, serão submetidos à aprovação prévia da Municipalidade e terão prazo de validade de 30 (trinta) dias.

7 - Para o início dos serviços dos orçamentos aprovados, a ELETROPAULO terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do material requisitado - na conformidade da letra "a" ítem I, da cláusula II, ou a contar do pagamento do material fornecido pela ELETROPAULO na hipótese do ítem 3 da mesma cláusula.

8 - Na instalação de novas unidades ou reforma das existentes, a Municipalidade procurará utilizar a posteação da rede de distribuição existente correndo por sua conta toda e qualquer despesa de mão de obra, transporte, administração e encargos da legislação social, decorrente dos serviços que se fizerem necessários tais como substituição, relocação ou instalação de postes intermediários e o remanejamento dos respectivos equipamentos.

9 - A instalação de unidades de iluminação pública será exigível pela Municipalidade para as vias e logradouros públicos oficiais, providos de guias ou banquetas e com o respectivo leito regularizado, de modo a permitir o transito de veículos necessários à execução dos serviços.

CLÁUSULA IV - Manutenção e Operação

1 - A ELETROPAULO se obriga a manter em perfeito estado de conservação e funcionamento todas as instalações da iluminação pública, bem como, pessoal de prontidão para execução dos reparos e substituições urgentes.

a - Excluem-se do disposto neste ítem as instalações subterrâneas instaladas pela Municipalidade, nos termos do ítem 3 da cláusula III, que continuarão a ser operadas e mantidas pela Municipalidade.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

b - Caso seja do interesse da Municipalidade, a ELETROPAULO poderá incumbir-se dos serviços de operação e manutenção das instalações a que se refere a letra "a" supra, após a reforma e adaptação dessas instalações aos seus padrões, correndo as despesas por conta da Municipalidade, nos termos do ítem 6 da Cláusula III.

2 - A ligação e a desligação dos circuitos de iluminação pública serão feitas por meio de controle automático ou pelo operador da subestação a critério da ELETROPAULO, obedecido o horário da tabela aprovada pela Municipalidade.

3 - Os serviços de manutenção e operação das instalações de iluminação pública com a alimentação aérea ou subterrânea, a cargo da ELETROPAULO, assim se discriminam:

a - administração

b - operação, ligação e desligação da iluminação pública

c - mão de obra e transporte para limpeza e inspeção de transformadores, braços, pendentes e todo o equipamento para iluminação pública.

d - inspeção dos circuitos de iluminação pública, incluindo serviço de substituição de lâmpadas.

4 - Todo o material para os serviços de manutenção e operação inclusive lâmpadas, será fornecido pela Municipalidade à ELETROPAULO, que fará as requisições necessárias e apresentará relatório mensal do emprego desse material.

5 - Pelos serviços de manutenção e operação pagará a Municipalidade, mensalmente, por lâmpada instalada, o preço de Cr$ 26,00 (vinte e seis cruzeiros), até 31/12/81, o qual será revisto anualmente, para acerto de eventuais acréscimos verificados na mão de obra, transporte, encargos sociais e outros incidentes sobre o custo dos serviços, devendo o novo preço vigorar a partir de 1º (primeiro) de janeiro de cada ano.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

CLÁUSULA V - Relocação de Postes

1 - A ELETROPAULO poderá, sempre que se fizer necessário e independentemente de autorização da Municipalidade, relocar postes que suportam equipamentos de iluminação pública, desde que tais relocações não acarretem quaisquer despesas à Municipalidade e sejam feitas em um raio de 2 (dois) metros da localização primitiva do poste, devendo tais relocações, entretanto, serem posteriormente comunicadas à Municipalidade.

2 - Quando a relocação for solicitada pela Municipalidade, todas as despesas com tal operação correrão por conta desta.

3 - Quando solicitada para atender interesses dos poderes públicos estaduais ou federais ou de terceiros, a ELETROPAULO entrará em entendimentos com a Municipalidade, acertando a nova localização dentro das melhores conveniências técnicas, devendo as despesas, nestes casos, serem atribuídas como segue:

a - quando for possível cobrá-las do interessado, a ELETROPAULO englobará em seu orçamento, o custo dos serviços relativos à iluminação pública e cobrará do interessado o total;

b - quando não for possível cobrá-las, as despesas relativas ao remanejamento de equipamentos de iluminação pública correrão por conta da Municipalidade.

CLÁUSULA VI - Danos e Irregularidades no Fornecimento

1 - Os danos causados nas instalações aéreas ou subterrâneas de iluminação pública, por abalroamento, disturbios, greves ou outra ação de terceiros, serão reparados pela ELETROPAULO, por conta da Municipalidade, com exceção das instalações a que se refere a letra "a", ítem 1 da Cláusula IV.

a - A ELETROPAULO, dentro do menor prazo possível, comunicará a ocorrência de tais depredações e danos, executando imediatamente as reparações de caráter urgente, independentemente de autorização da Municipalidade e apresentando posteriormente os comprovantes do custo dos reparos.

2 - Cada uma das partes será responsável pelos acidentes ou danos que causar, por culpa exclusiva, as suas próprias instalações e pessoal ou às instalações e pessoal da outra parte ou de terceiros.

a - Quando os acidentes resultarem de fato ou ato imputável às duas partes, assumirão ambas a responsabilidade por suas consequências na proporção - em que tiverem concorrido para o dano.

3 - No caso de interrupção na iluminação pública em decorrência de defeito nas - instalações, não serão computados os kWh não fornecidos durante o período estimado em que as lâmpadas permanecerem apagadas.

a - Os reparos serão sempre executados pela ELETROPAULO, a sua custa, quando o defeito se verificar em suas instalações e por conta da Municipalidade quando ocorrer nas instalações desta.

CLÁUSULA VII - Disposições Gerais

1 - A área, onde a prestação dos serviços ora contratados será exigível, compreende as vias e logradouros públicos oficiais ou registrados no Município, na conformidade do disposto no ítem "9" da cláusula III.

a - Será considerada iluminação pública a das colunas, candelabros e outros acessórios exteriores de monumentos e edifícios públicos.

b - A iluminação das estradas de rodagem municipais, estaduais ou federais, não está compreendida neste contrato.

2 - As contas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a que se refere a cláusula I e aos serviços de operação e manutenção de que trata o ítem "5" da cláusula IV, serão faturadas mensalmente e pagas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua apresentação.

3 - A Municipalidade, uma vez aprovado o orçamento dos serviços requisitados, (cláusula III, ítens 4, 5 e 6), deverá remeter à ELETROPAULO, no prazo de validade do orçamento, juntamente com ofício de aprovação, uma via da correspondente nota de empenho, devidamente formalizada.

a - Após conclusão dos serviços a ELETROPAULO expedirá a respectiva fatura, cujo valor será pago pela Municipalidade no prazo de 30 (trinta) dias da sua apresentação.

b - Quando a ELETROPAULO fornecer material de iluminação pública (cláusula II, ítem 3), o seu pagamento será feito pela Municipalidade contra a entrega, ficando a ELETROPAULO desobrigada da execução dos serviços enquanto não ocorrer esse pagamento.

4 - Correrão por conta exclusiva da Municipalidade quaisquer tributos e encargos estaduais ou federais que forem criados ou majorados, acrescendo-se o respectivo valor às faturas correspondentes.

5 - A ELETROPAULO ficará sempre à disposição da Municipalidade, para prestação de qualquer informação ou fornecimento de dados técnicos referentes à iluminação pública.

6 - O presente contrato sucede em prorrogação ao celebrado em 05.02.58 , com a Cia. de Eletricidade São Paulo e Rio S/A. , que foi incorporada à Light - Serviços de Eletricidade S.A., por força do Decreto Federal nº 61.232, de 23/08/1967 e durante a sua vigência continuará a prevalecer a isenção de impostos, taxas e contribuições municipais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ora contratados.

ELETROPAULO
Eletricidade de
São Paulo S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

N.º

7 - O prazo de vigência deste contrato é de 20 (vinte) anos a partir de 05.02.78 , ficando o mesmo automaticamente prorrogado por igual prazo, com as mesmas cláusulas e nas mesmas condições, se nenhuma das partes denunciá-lo com a antecedência de 1 (um) ano, pelo menos, do seu vencimento.

8 - Os casos omissos, que não possam ser resolvidos de comum acordo, serão submetidos ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia.

9 - Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e avindas, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, de 19

PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

TESTEMUNHAS:

ELETROPAULO
Eletricidade de São Paulo S.A.

DC-883/81

São Paulo, 18 de dezembro de 1981

PREFEITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
— S.P. —

Senhor Prefeito,

Pelo presente, vimos submeter à alta consideração de V.Exa. o novo preço de Cr$52,00 (cinquenta e dois cruzeiros), por lâmpada, por mês, a vigorar durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1982, para os serviços normais de operação e manutenção das lâmpadas de iluminação pública, nos termos do Contrato de Iluminação Pública em vigor.

Esclarecemos que esse valor representa a evolução acentuada dos custos de mão de obra e transporte no presente exercício.

Estamos seguros de que V.Exa., reconhecendo a procedência da razão exposta, haverá por bem acolher a revisão de preço ora pleiteada.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Exa. as expressões da nossa elevada consideração.

Atenciosamente,

Oscar Marcondes Pimentel
Diretor Comercial

A Sua Excelência o Senhor
Julio Vieira
Digníssimo Prefeito do Município de
Tremembé

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.173, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre a delimitação do novo Perímetro Urbano do Município de Tremembé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º:- O novo Perímetro Urbano do Município de Tremembé terá doravante, as seguintes delimitações:

" Inicia-se no local denominado Água Santa, no ponto em que estão situadas as bicas d'água, seguindo-se, em linha reta, até o ponto do encontro das linhas de divisa lateral esquerda e de fundos da propriedade da Penitenciária Feminina de Tremembé. Daí segue pela referida divisa de fundos até o ponto de encontro deste com a linha de divisa lateral direita dessa mesma propriedade. Deste ponto deflete à direita, em linha reta, até encontrar a Rua Sete Bicas, no ponto que dista 228 m.(DUZENTOS E VINTE E OITO METROS) contados a partir de seu início junto á propriedade do espólio de Ana Cândida de Oliveira Gama. Deste ponto defletindo à esquerda, segue a linha de divisa da referida propriedade, contornando-a até atingir a Estrada do Bairro do Padre Eterno em ponto que dista 370 m. (TREZENTOS E SETENTA METROS) da Rua Costa Cabral. Deste ponto deflete à direita, seguindo a referida estrada até alcançar a Rua Costa Cabral, onde, defletindo à esquerda, segue a referida Rua até alcançar a Rua Santa Terezinha, no Vila Santo Antonio, seguindo-a até o início da Estrada do Bairro da Água Quente, e dentrando por 750m.(SETECENTOS E CINQUENTA METROS) pela referida estrada, na área de propriedade da PETROBRÁS S/A., continuando, daí, por um caminho que dá acesso ao I.R.T. - Instituto de Reeducação de Tremembé, até alcançar o viaduto da R.F.F.S.A. Daí segue em linha reta, passando pela propriedade do referido Instituto, até atingir o marco 18 da Rodovia Washington

Luiz (antiga estrada S.P.-Rio). Deste ponto, defletindo à direita, segue a referida rodovia até encontrar a linha do limite intermunicipal Tremembé-Taubaté. Deste ponto deflete novamente à direita seguindo a referida linha do limite intermunicipal , até atingir o marco divisório nº 7, situado nos fundos da propriedade do Dr. Ademar Vieira da Rocha, no Bairro dos Guedes . Daí deflete à direita em ângulo interno de 110º (CENTO E DEZ GRAUS), em linha reta, até atingir a margem direita do Rio Paraíba do Sul. Deste ponto deflete novamente à direita, seguindo por essa margem até o ponto que dista 520 m.(QUINHENTOS E VINTE METROS) contados a partir da ponte sobre o mesmo rio, a qual liga a SP-46 à Avenida Audrá. Daí segue em linha reta até o ponto situado no local denominado Água Santa, fechando o perímetro".

Artigo 2º:- Fica considerado como perímetro urbano descontínuo, as áreas compreendidas pelos loteamentos: Parque de São Gotardo, Alpes de São Gotardo, Jardim Maracaibo, Jardim Alberto Ronconi, Residencial Flor do Campo e Chácaras Recanto São Luiz.

Parágrafo Único:- A linha perimétrica será aquela constante das plantas dos referidos loteamentos.

Artigo 3º:- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º:- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 925, de 15 de março de 1976, que dispunha sobre a matéria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 03 DE NOVEMBRO DE 1982 .

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 03 DE NOVEMBRO DE 1982 .

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretário-Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.174, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1982

Autoriza a Prefeitura do Município de Tremembé receber mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a Fundo Perdido, oriundos do FNDU.

DR. JÚLIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Tremembé,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - receber através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a Fundo Perdido, procedentes do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos - (FNDU/ESTADO) -Quota parte Estado, no valor de até Cr$1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS);

II - assinar com a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no item I deste artigo, bem como acatar as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretária;

III - abrir crédito adicional especial na importância de até Cr$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS), para fazer face às despesas com o Programa MACRO-EIXO Rio/São Paulo, ora autorizado.

continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

(fls. 02)

Parágrafo Único-A cobertura do crédito autorizado no item III será efetuada mediante utilização de recursos a serem repassados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão à Pavimentação Urbana.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 03 DE NOVEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 03 DE NOVEMBRO DE 1982.

Vania Lúcia Ferreira Campos

Secretária - Substituta

M I N U I A

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR, COM A INTERVENIÊNCIA DA COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ.

A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representada por seu Secretário, Doutor , conforme autorização do Senhor Governador exarada nos autos do Processo nº , com a interveniência de sua Coordenadoria de Ação Regional, representada pelo seu Coordenador, Doutor , e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, representada por seu Prefeito, Senhor , autorizado a firmar o presente acordo pela Lei Municipal nº , de de de 19 , resolvem celebrar o presente convênio visando a execução do Programa MACRO-EIXO Rio/São Paulo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO: - constitui objeto do presente convênio a execução das obras constantes do Programa MACRO-EIXO RIO/São Paulo, compreendendo a colocação de guias e sarjetas nas Ruas São Luiz, São José, São João, São Benedito, Santa Terezinha, Santo Antonio e Rua Nova, num total de 1900 m. (HUM MIL E NOVECENTOS METROS).

CLÁUSULA SEGUNDA: - DA EXECUÇÃO: - são executores do presente convênio:

a) pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Ação Regional, da mesma Secretaria, doravante denominada CAR;

b) A Prefeitura Municipal de Tremembé, doravante denominada PREFEITURA;

CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS COMPETÊNCIAS: - para a execução do presente convênio, a CAR e a PREFEITURA terão as seguintes competências:

I - Compete à CAR:

a) anatisar e aprovar sob o ponto de vista de sua importância e conveniêmcia para o desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes da ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, os projetos das obras a que se destinam os recursos objeto do presente recurso:

b) Coordenar a execução, bem como vistoriar as obras objeto deste Convênio, de responsabilidade técnica da Prefeitura, através de suas Assessorias e de seus Escritórios Regionais do Interior - ERINs;

PREFEITURA MUNICIPAL TREMEMBÉ - S.P. -

c) fornecer à Prefeitura instruções relativas às normas básicas de Acompanhamento e Controle, estabelecidas pela CAR;

II -Compete à PREFEITURA:

a) executar direta ou indiretamente as obras e ou projetos de que trata o presente convênio;

b) no caso das obras e ou projetos serem executados indiretamente caberá à Prefeitura a responsabilidade de acompanhamento e fiscalização dos mesmos;

c) elaborar os planos de aplicação, perfil dos projetos e cronograma físico-financeiro relativos aos mesmos;

d) encaminhar a CAR, através do Escritório Regional do Interior - ERIN, para fins de liberação dos recursos os Documentos constantes do Inciso II da Cláusula Sexta;

e) divulgar as obras, objeto do presente convênio, nos locais de sua execução através de placas indicativas cujo modelo será fornecido pela CAR:

CLÁUSULA QUARTA: - DO VALOR: - o valor do presente convênio é

PARÁGRAFO ÚNICO:- Caso o custo de execução das obras convencionadas supere o valor deste Convênio, o custo adicional será de responsabilidade da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA: - DOS RECURSOS: - os recursos necessários à execução do presente convênio são originários de transferência federal, por força do disposto na Lei Federal nº 6.261, de 14 de novembro de 1975, e irão onerar o elemento econômico 4.3.2.3, da dotação orçamentária do corrente exercício da CAR;

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos transferidos pela CAR à PREFEITURA em função deste convênio, serão depositados no Banco do Brasil S/A, em conta vinculada, devendo ser aplicados exclusivamente na execução das obras conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: - os recursos objeto do presente convênio, serão repassados parceladamente à Prefeitura nas seguintes condições:

I - 30% (trinta por cento) do valor total, correspondendo a

quando da entrega pela PREFEITURA do Plano de Aplicação dos Recursos, indicando os cronogramas físico-financeiro de despesas e quando for o caso, a participação dos recursos próprios municipais respectiva a cada etapa do projeto a ser alocada pela PREFEITURA ou proveniente de outra fonte.

ITURA MUNICIPAL
TREMEMBÉ
- S.P. -

II - O restante dos recursos serão liberados conforme medição de obras a ser realizada pela CAR, observado também a apresentação dos seguintes documentos:

a) Relatórios Mensais de Acompanhamento de acordo com Plano de Aplicação aprovado pela CAR;

b) Reltórios Trimestrais de Acompanhamento Físico-Financeiro das obras, objeto do presente Convênio;

c) prestação de contas por parcelas recebidas, comprovando a aplicação dos recursos liberados para a execução das obras constantes da Cláusula Primeira;

Parágrafo Único:- A apresentação dos documentos referidos nos incisos I e II desta cláusula, será efetuada por projeto, e os valores a serem liberados corresponderão aos relativos a cada projeto.

CLÁUSULA SÉTIMA:- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS :- até 30 (trinta) dias úteis após a aplicação dos recursos relativos a este Convênio a Prefeitura deverá encaminhar à CAR, de acordo com as respectivas normas expedidas, a prestação de contas dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA:- DA DENÚNCIA:- o não cumprimento de qualquer uma das cláusulas e ou obrigações neste Convênio pactuadas, poderão implicar na imediata denúncia da parte prejudicada, independente de interpelação judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA NONA :- DO FORO :- fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, para qualquer procedimento judicial decorrente do presente Convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, reservando-se a Secretaria de Estado do Interior do Estado de São Paulo, o direito de reter a dotação de recursos que eventualmente for objeto de discussão.

CLÁUSULA DÉCIMA:- DOS PRAZOS:- O prazo de execução das obras objeto do presente Convênio será de _____ dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Caso haja interesse das partes conveniadas, o presente Convênio poderá ser prorrogado por mais____dias.

E por assim estarem de acordo e compromissados assinam em 05 (cinco) vias de igualmteor e forma, para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo , de de 19

Secretário do Interior

Coordenador da CAR

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL TREMEMBÉ — S.P. —

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

Estado de São Paulo

AUTOGRAFO DA LEI Nº 1.175

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Tremembé/SP, para o exercício de 1983.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU:

ARTIGO 1º - O Orçamento Geral do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício financeiro de 1983, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr$ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo nº 2 da Lei nº 4.320/64, atualizado pela Portaria nº 129/82 da SEPLAN/PR, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES			Cr$ 272.189.200,00
1.1 - Receita Tributária	Cr$	61.450.000,00	
1.2 - Receita Patrimonial	Cr$	1.060.000,00	
1.4 - Transferências Correntes	Cr$	190.599.200,00	
1.5 - Outras Receitas Correntes	Cr$	19.080.000,00	
2 - RECEITAS DE CAPITAL			Cr$ 27.810.800,00
2.2 - Alienação de Bens Móveis e Imóveis	Cr$	2.000,00	
2.5 - Transferências de Capital	Cr$	27.808.800,00	
TOTAL DA RECEITA			Cr$ 300.000.000,00

segue/

ARTIGO 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresentam o seguinte desdobramento:

I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	Cr$	13.950.000,00
03 - Administração e Planejamento	Cr$	58.550.000,00
08 - Educação e Cultura	Cr$	55.850.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	Cr$	64.800.000,00
13 - Saúde e Saneamento	Cr$	23.850.000,00
15 - Assistência e Previdência	Cr$	22.000.000,00
16 - Transporte	Cr$	21.000.000,00
SUB-TOTAL	Cr$	260.000.000,00
99 - Reserva de Contingência	Cr$	40.000.000,00
T O T A L	Cr$	300.000.000100

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

II - POR PROGRAMAS

01 - Processo Legislativo	Cr$	12.550.000,00
07 - Administração	Cr$	44.300.000,00
08 - Administração Financeira	Cr$	18.300.000,00
42 - Ensino de Primeiro Grau	Cr$	45.500.000,00
46 - Educação Física e Desportos	Cr$	7.500.000,00
47 - Assistência a Educandos	Cr$	500.000,00
48 - Cultura	Cr$	3.750.000,00
58 - Urbanismo	Cr$	24.250.000,00

segue/

60 - Serviços de Utilidade Pública	Cr$	36.500.000,00
75 - Saúde	Cr$	9.300.000,00
76 - Saneamento	Cr$	14.550.000,00
81 - Assistência	Cr$	3.700.000,00
82 - Previdência	Cr$	15.300.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	Cr$	3.000.000,00
88 - Trapsporte Rodoviário	Cr$	19.300.000,00
91 - Transporte Urbano	Cr$	1.700.000,00
SUB-TOTAL	Cr$	260.000.000,00
99 - Reserva de Contingência	Cr$	40.000.000,00
T O T A L	Cr$	300.000.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	Cr$	161.910.000,00
Despesas de Capital	Cr$	98.090.000,00
SUB-TOTAL	Cr$	260.000.000,00
Reserva de Contingência	Cr$	40.000.000,00
T O T A L	Cr$	300.000.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
DE
TREMEMBÉ

IV - POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

PODER LEGISLATIVO

1 - Legislativo	Cr$	13.950.000,00

segue/

PODER EXECUTIVO	
2 - Executivo	Cr$ 24.490.000,00
3 - Finanças	Cr$ 13.000.000,00
4 - Administração	Cr$ 8.760.000,00
5 - Educação e Cultura	Cr$ 55.850.000,00
6 - Saúde e Saneamento	Cr$ 23.850.000,00
7 - Obras e Viação	Cr$ 56.300.000,00
8 - Serviços Municipais	Cr$ 36.500.000,00
9 - Encargos Gerais do Município	Cr$ 27.300.000,00
SUB-TOTAL	Cr$ 260.000.000,00
Reserva de Contingência	Cr$ 40.000.000,00
T O T A L	Cr$ 300.000.000,00

ARTIGO 4º - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (CINCOENTA POR CENTO) das dotações do Orçamento da Despesa, nos termos do Artigo 7º da Lei nº / 4.320/64.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 1982.

RENATO VARGAS
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
DE
TREMEMBÉ

IVO SIGNORINI
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DE
TREMEMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO DA LEI Nº 1.176

Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio 1983/1985.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU:

ARTIGO 1º - O Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio de 1983/1985, constituído pelos anexos integrantes desta Lei, e elaborado na forma dos Atos Complementares nºs 43 e 76, de 29 de janeiro e 21 de outubro de 1969, estima, para o período, as Despesas de Capital em Cr$ 843.776.000,00 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E SETENTA E SEIS MIL CRUZEIROS).

ARTIGO 2º - Os recursos destinados ao financiamento das Despesas de Capital, estimados no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1983/1985, são assim distribuídos:

RECEITAS DE CAPITAL	1983	1984	1985	T O T A L
Superávit do Orçamento Corrente	110.279.200,00	198.502.560,00	397.005.120,00	665.786.880,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	2.000,00	3.600,00	7.200,00	12.800,00
Transferências de Capital	27.808.800,00	50.055.840,00	100.111.680,00	177.976.320,00
	138.090.000,00	248.562.000,00	497.124.000,00	843.776.000,00

ARTIGO 3º - As Despesas de Capital, programadas com base nos recursos considerados disponíveis, desdobrar-se-ão na seguinte forma:

segue/

DESPESAS POR FUNÇÕES	1983	1984	1985	T O T A L
01 - Legislativa	2.600.000,00	4.680.000,00	9.360.000,00	16.640.000,00
03 - Administração e Planejamento	17.590.000,00	35.812.000,00	70.324.000,00	123.726.000,00
08 - Educação e Cultura	26.100.000,00	65.700.000,00	129.160.000,00	220.960.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	29.400.000,00	93.370.000,00	193.740.000,00	316.510.000,00
13 - Saúde e Saneamento	11.300.000,00	21.000.000,00	52.000.000,00	84.300.000,00
15 - Assistência e Previdência	900.000,00	2.000.000,00	6.000.000,00	8.900.000,00
16 - Transporte	10.200.000,00	26.000.000,00	36.540.000,00	72.740.000,00
SUB-TOTAL	98.090.000,00	248.562.000,00	497.124.000,00	843.776.000,00
99 - Reserva de Contingência	40.000.000,00	-	-	-
T O T A L	138.090.000,00	248.562.000,00	497.124.000,00	843.776.000,00

ARTIGO 4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais, do período, serão ajustadas as importâncias consignadas aos Projetos e Atividades, podendo, em decorrência da alteração da Receita, serem criados novos e suprimidos ou reformulados projetos e atividades constantes dos anexos desta Lei.

Parágrafo Único - As importâncias referentes aos exercícios de 1984 e 1985, estimadas a preços de 1983, serão corrigidas monetariamente, por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes àqueles exercícios.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 1982.

RENATO VARGAS
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
DE
TREMEMBÉ

IVO SIGNORINI
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

C E P 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.177, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 15.680.000,00 (QUINZE MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA MIL CRUZEIROS) suplementar às seguinte dotações do orçamento financeiro corrente:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$	250.000,00
1.2	SECRETARIA		
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$	100.000,00
1.3	PROCURADORIA		
3.1.3.1 -	Remuneração de Serviços Pessoais....	(+)Cr$	100.000,00
2.	EXECUTIVO		
2.1	GABINETE DO PREFEITO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$	350.000,00
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$	500.000,00
2.5	PROCURADORIA		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$	330.000,00
3.	FINANÇAS		
3.1	TRIBUTAÇÃO		
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$	150.000,00
5.	EDUCAÇÃO E CULTURA		
5.1	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$	3.000.000,00
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$	500.000,00
6.	SAÚDE E SANEAMENTO		
6.2	ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR		
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+)Cr$	350.000,00
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$	350.000,00

7.	OBRAS E VIAÇÃO	
7.1	OBRAS E CONSERVAÇÃO	
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$ 3.000.000,00
7.2	SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL	
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+)Cr$ 500.000,00
8.	SERVIÇOS MUNICIPAIS	
8.2	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....	(+)Cr$ 200.000,00
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+) Cr$2.000.000,00
8.3	PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+)Cr$ 3.000.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
3.1.2.0	Material de Consumo.....	(+)Cr$ 200.000,00
9.2	DESPESAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO	
4.3.5.1 -	Amortização da Dívida Contratada....	(+)Cr$ 800.000,00

Parágrafo Único - Do ato que abrir do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 25 DE NOVEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 25 DE NOVEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretário-Substituto

PROC. 055/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.178, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1982.

Reajusta vencimentos e salários dos servidores municipais lotados no Centro de Saúde Escola de Tremembé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica concedido aos servidores municipais contratados para prestar serviços junto ao Centro de Saúde Escola de Tremembé, um reajuste da ordem de 40% (QUARENTA POR CENTO), a ser aplicado sobre os vencimentos percebidos no mês de outubro de 1982.

ARTIGO 2º - O reajuste de que trata esta Lei não alcançará aqueles servidores que exercem funções idênticas às constantes dos quadros da Prefeitura Municipal de Tremembé, sendo-lhe assegurado, todavia o salário mínimo vigente.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 09 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 09 DE DEZEMBRO DE 1982.

Vânia Lúcia Ferreira Campos
Secretária-Substituta

PROC. 057/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.179, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 1.310.000,00 (HUM MILHÃO, TREZENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), suplementar às seguinte dotações do orçamento financeiro vigente:

2.	EXECUTIVO		
2.4	SECRETARIA		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	135.000,00
3.	FINANÇAS		
3.1	TRIBUTAÇÃO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	40.000,00
3.3	CONTABILIDADE		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	35.000,00
5.	EDUCAÇÃO E CULTURA		
5.1	ENSINO DE PRIMEIRO GRÁU		
4.1.1.0 -	Obras e Instalações Reformas, Ampliações de Prédios Escolares pertencentes ao Patrimônio Municipal.....	(+) Cr$	200.000,00
5.2	ENSINO DE PRIMEIRO GRÁU		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	150.000,00
5.4	ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		
3.2.5.4 -	Apoio Financeiro a Estudantes.....	(+) Cr$	600.000,00
7.	OBRAS E VIAÇÃO		
7.3	TRÂNSITO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	20.000,00

8. SERVIÇOS MUNICIPAIS

8.5 CEMITÉRIO

3.1.1.1 - Pessoal Civil..... (+) Cr$ 55.000,00

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

9.1 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.2.5.1 - Inativos..... (+) Cr$ 25.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PROC. 059/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.180, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento de débitos em atraso resultantes da Contribuição de Melhoria..

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano o prazo para pagamento de débitos em atraso resultantes da Contribuição de Melhoria, na conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.165, de 22 de setembro de 1982.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PROC. 061/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.181, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cr$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINCOENTA MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro vigente:

9. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
9.2 DESPESAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada..... (+) Cr$ 250.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que abrir o crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 22 DE DEZEMBRO DE 1.982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 22 DE DEZEMBRO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PROC. 063/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.182, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1.174, de 03.11.82.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.174, de 03 de novembro de 1982, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão à colocação de Guias e Sarjetas."

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Julio Celso Otani
Secretário

PROC. 064/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.183, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Autoriza a transferência de recursos recebidos da Secretaria do Interior, no montante de Cr$200.000,00, para a Comissão de Festejos nomeada pela Portaria nº 1.480/82.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, autorizada a repassar para a Comissão de Festejos criada pela Portaria nº 1.480, de 14 de dezembro de 1982, o recurso recebido da Secretaria do Interior no montante de Cr$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS), para efetuar as despesas com as comemorações natalinas no Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - Abrir crédito adicional especial na importância de Cr$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS) para fazer face às despesas ora autorizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do Decreto que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos disponíveis para acorrer às despesas e sua classificação legal.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Júlio Celso Utani
Secretário

PROC. 065/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.134, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei-

ARTIGO 1º - Nos termos do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da Ordem de Cr$ 1.060.000,00 (HUM MILHÃO E SESSENTA MIL CRUZEIROS), suplementar às seguintes dotações do orçamento financeiro corrente:

3.	FINANÇAS		
3.1	TRIBUTAÇÃO		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....	(+) Cr$	60.000,00
8.	SERVIÇOS MUNICIPAIS		
8.2	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....	(+) Cr$	1.000.000,00

Parágrafo Único - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo, constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis e disponíveis à sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário

PROC. 066/82

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.185, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dispõe sobre a eliminação da letra "A", do item I, da cláusula VII, do contrato celebrado com a ELETRO PAULO - Eletricidade de São Paulo S/A. objeto da Lei nº 1.172, de 25 de outubro de 1982, e dá outras providências.

DR. JÚLIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Tremembé.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica eliminada do Contrato para fornecimento de energia elétrica e execução de instalação, manutenção e operação de iluminação pública do Município, a letra "a", do item I, da cláusula VII.

ARTIGO 2º - A letra "b", do item I, da cláusula VII, do contrato citado no artigo 1º, passa a ser a letra "a".

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Dr. Júlio Vieira
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, AOS 24 DE DEZEMBRO DE 1982.

Júlio Celso Otani
Secretário